



# PARCERIA(S): UMA CULTURA A INCENTIVAR



FAMÍLIA:  
UM PARCEIRO PRIVILEGIADO

Nunca como hoje a palavra parceria(s) ocupou um lugar tão importante no nosso vocabulário, isto é, na realidade portuguesa.

Ela impôs-se, definitivamente, face a uma outra – parceria – (palavra inexistente nos dicionários) que não passa, segundo alguns autores, de um estrangeirismo, em nada se adaptando ao contexto linguístico português.

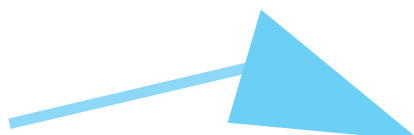
É oportuno lembrar – tendo em conta que as palavras não são inócuas e estão intimamente associadas a culturas e ideologias distintas – que a palavra

parceria reenvia para uma estrutura organizacional excessivamente formal muitas vezes imposta, quer pelo governo central quer por parte da União Europeia, ao abrigo de programas económicos e sociais por esta patrocinados e financiados e que, por isso, se “estranha e não se entranha” no sentir português.

Aceitamos, todavia, que a “cultura” de parceria teve no Projecto Rua outro impacto a partir do III Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social no qual se inspirou o Programa similar Português e que teve no IAC um eco do que desde sempre preconizou.

Da associação entre ideia e palavra digamos que, em última análise, “parceria é uma negociação entre duas ou mais partes, utilizando as capacidades de cada uma delas, tendo em vista um resultado vantajoso, no seu interesse comum, que deverá ser o interesse de um grupo social”.<sup>1</sup>

A necessidade desta negociação tem por base a percepção de que a resolução





dos problemas das pessoas só se consegue se houver uma intervenção a nível da comunidade, nomeadamente quando a problemática é multifacetada.

Assim se compreende que se delinham projectos, baseados em objectivos comuns, nos quais estão implicados e desejavelmente empenhados todos os parceiros. Para que isto aconteça é, portanto, imprescindível, que haja uma mobilização e gestão adequada dos recursos (quer sejam técnicos, financeiros ou humanos).

Esta é precisamente uma vertente fulcral do funcionamento das parcerias, também consideradas como um modelo de organização ao qual estão associados certos métodos de trabalho. Pois, se esta gestão não for adequada, poderá assistir-se a uma dispersão dos esforços, que terá um efeito contraproducente.

O trabalho em parceria é complexo e exige rigor e empenhamento para a definição das diferentes variáveis: tempo (quando começa e termina), espaço (onde se realiza) para quê (qual o objectivo que cada parceiro procura atingir e qual o seu contributo para o resultado final, isto é, que seja possível formular um objectivo independente, próprio do projecto), quem (quais os protagonistas) e como (quais as regras do "jogo").

Todo este processo implica uma transformação de mentalidades e uma firme gestão dos conflitos que a parceria pode gerar ou revelar, designadamente desencadeados pela difícil repartição do poder.

O trabalho em parceria tem, por outro lado, uma função pedagógica que não é demais realçar, já que pressupõe a partilha das decisões e a participação do grupo alvo, um parceiro a ter em conta.

No modelo de parceria são todos anfitriões e convidados, com "culturas" diferentes, aos quais se pede – numa sociedade cada vez mais multicultural – um exercício: o da aceitação e ultrapassagem dessas diferenças, em prol dos mais frágeis dessa mesma sociedade.

Em Portugal é presentemente visível a implantação do espírito de parceria, que se iniciou com o Programa Português de Luta Contra a Pobreza e que frutificou com o RMG (Rendimento Mínimo Garantido) as CPCJ (Comissões de Protecção de Crianças e Jovens) e o Programa Escolhas.

Tendo sido o único projecto inovador aprovado para Portugal ao abrigo do Programa Europeu Po-breza III, já citado, que tinha como um dos três princípios

orientadores o parceria, o Projecto de Trabalho com Crianças em Risco ou Situação de Marginalidade – como era designado no início, em 1989 – desde cedo sentiu a necessidade do trabalho em parceria, fortemente estimulado pelo Programa.

Por outro lado, sendo uma problemática multidimensional, a integração das crianças/jovens de rua (actualmente a nossa acção abrangente não só estas mas as consideradas em perigo) exige a convergência de esforços que o trabalho em parceria preconiza.

Os diversos Ministérios, que nos apoiaram e apoiam financeiramente, nomeadamente através de Acordos de cooperação e Programas específicos – de que é exemplo o PEETI (Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil) –, têm contribuído, sem dúvida, para o desenvolvimento da nossa intervenção.

Das autarquias (foram várias as que, no início, nos cederam instalações que possibilitaram ter um espaço de encontro para a equipa e grupo alvo) à CP (que também nos cedeu um espaço) e aos donos dos quiosques e vendedores ambulantes (que nos iam dando conta das movimentações das crianças /jovens), foram vários os parceiros que conosco colaboraram, numa altura em que só timidamente se falava de parcerias.

Uma palavra é devida, também, às várias empresas que nos deram um pouco de tudo: brinquedos, bens alimentares, mobiliário, etc.

Porque um dos nossos objectivos naquela época era a integração das crianças/jovens que encontrávamos na rua, nas respectivas famílias – preferencialmente, já que a hipótese "instituição" tinha, por vezes, que ser encarada –, estas emergiram como "o parceiro" privilegiado, sem o qual muitos dos nossos esforços ficavam sem sentido.

## PARCERIAS LOCAIS

Uma vez colocadas equipas nas comunidades de residência daquelas crianças/jovens, que provinham, maioritariamente, do Bairro 6 de Maio (Damaia), Bairro Olival do Pancas (Pontinha), Pátio 208 e Bairro do Condado (Chelas), a necessidade de começar a conhecer e a articular com as instituições/entidades locais surgiu naturalmente.

Pontuava, em cada bairro, o Centro de Saúde (foram várias as campanhas de vacinação, o enca-minhamento para

consultas, as acções de sensibilização e formação) e as Escolas. Com estas destacava-se essencialmente a ligação com os professores e os directores de turma no acompanhamento escolar das crianças/jovens.

Nesta articulação salientaram-se também os animadores de escola – jovens do bairro acompanha-dos pelo Projecto que, pelo seu perfil, se revelaram com capacidades para desenvolverem acções de animação/mediação escolar e fazer a "ponte" entre a escola e a comunidade.

(A função dos animadores de escola acabou por ser reconhecida pelo Despacho nº 304/98, despacho conjunto do Ministério da Educação e do Trabalho e Segurança Social.)

As diversas Câmaras das zonas onde intervínhamos/imos foram/ são igualmente, desde a primeira hora, um suporte importante.

A seguir às Juntas de Freguesia da Comunidade de Fuga – cujas instalações fomos entretanto deixando – outras vieram, as das Comunidades de Residência, que nos apoiaram quer financeiramente quer com outro tipo de recursos (transportes para visitas socio-culturais, idas à praia, etc.).

O Instituto do Emprego e Formação Profissional, através dos Centros de Emprego das nossas zonas de intervenção, teve um papel preponderante, nomeadamente no desenvolvimento do URBAN (Unidade de Aconselhamento em Emprego e Formação) que funcionou no Bairro 6 de Maio e na criação da UNIVA (Unidade de Inserção na Vida Activa) que operou no Bairro Olival do Pancas.

Com o apoio do Comissariado Regional do Sul da Luta Contra a Pobreza, que financiou o subprojecto Autonomia 2000, o Projecto interiorizou definitivamente o espírito de parceria, até porque uma das áreas de intervenção considerava claramente o "envolvimento dos parceiros".

Este ia da definição conjunta dos planos de inserção (do RMG) à colaboração com as escolas na definição e execução de respostas facilitadoras da integração e aproveitamento escolar, incluindo a colaboração sigilosa com diferentes departamentos do Ministério da Justiça e Administração Interna, numa postura de denúncia/concertação.

Quando o subprojecto terminou, em Dezembro de 2001, estavam lançadas as bases que possibilitaram estabelecer uma relação diferente com os Bairros, a qual ratificou a nossa assumida posição



PARCERIAS:  
TEMPO DE BALANÇO

de estrutura de transição.

Neste momento, o Projecto Rua é um dos parceiros no Projecto Integrado que funciona no Bairro 6 de Maio (Estradas Militares) e Bairro Olival do Pancas, enquadrado pelo Programa Escolhas.

Este Programa, cujo objectivo principal é a prevenção da criminalidade e (re)inserção social, tem como estratégia potenciar e/ou reforçar as parcerias e intervenções locais no sentido de facilitar a abordagem e aproximação aos jovens em risco.

Em relação ao Projecto Integrado das Estradas Militares, temos tido essencialmente um papel de supervisão da equipa de terreno do Programa, recolha e divulgação de informação sobre recursos lúdico-pedagógicos, apoios e projectos, colaboração na organização de diversas actividades, intercâmbios e acções de formação e, claro, intervenção de 1ª linha junto dos jovens dos bairros.

O Bairro Olival do Pancas, que funciona com uma equipa mista (IAC/Escolhas) e com um orçamento integrado, tem actualmente nove Projectos, subdivididos em actividades e operacionalizados em diversas acções, dinamizadas por grupos restritos de parceiros.

Outra área em que se destaca o trabalho em parceria no Projecto Rua é o das Redes nacionais e internacionais, nas quais participamos e/ou dinamizamos.

Das Redes nacionais salientamos a

“Construir Juntos”, que foi criada pelo Projecto, em 1997 e cuja finalidade é o intercâmbio de boas práticas, experiências e métodos.

Esta Rede tem pólos regionais nacionais mantendo cada instituição participante a sua individualidade e autonomia.

Lembramos ainda a REAPN (Rede Europeia Antipobreza) que tem basicamente a mesma finalidade que a anterior e na qual estamos presentes sobretudo ao nível do Núcleo de Lisboa.

PARCERIAS INTERNACIONAIS:  
UMA FORÇA AQUÍ TÃO PERTO

As Redes internacionais onde participamos mais activamente são a ESAN (Rede Europeia de Acção Social) e a ENSCW (Rede Europeia de Crianças de Rua no Mundo).

Enquanto a primeira continua a privilegiar o intercâmbio de boas práticas e com os jovens, proporcionando a estes o contacto com outros jovens e outras culturas, a segunda tem por principal objectivo a constituição de lobbies para mudança das políticas sociais (sempre com a perspectiva da erradicação do fenómeno das crianças/jovens de rua).

De um passado ainda recente lembramos a parceria com a Association Emmaüs, ao abrigo do funcionamento do Programa Horizonte/Integra (programa cujo objectivo era dar resposta às necessidades no âmbito da formação e

integração social e económica das pessoas deficientes e desfavorecidas.)

Esta parceria proporcionou uma visita do grupo alvo a Paris e resultou na edição de um livro que reuniu as Actas do Colóquio que então teve lugar e no qual aquele teve uma participação activa.

Mais sistematizadas e abrangentes do que nunca, resultado natural dum percurso já longo, as relações de parceria são hoje uma parte integrante do Projecto Rua, estando consagradas na sua estrutura orgânica e funcional.

De facto, desde o passado mês de Outubro, na área do Revalorizar (uma das duas áreas em que actualmente se divide o projecto, sendo a outra o Recuperar) o Projecto destacou um Núcleo de Apoio às Comunidades que tem como objectivo – entre outros – a criação, implementação e dinamização de parcerias designadamente das Comunidades de Residência do nosso grupo alvo.

Ao longo dos treze anos de existência do Projecto fomos assim passando de articulações mais ou menos informais, tendentes a resolver problemas concretos, para parcerias mais consistentes, com objectivos comuns, distribuição clara de papéis, planeamento de activi-





dades, com pleno desenvolvimento, no terreno, de Projectos integrados.

Verdadeira mutação a nível das mentalidades, acreditamos que o trabalho em parceria é, inequivocamente, uma cultura a incentivar, que faz parte integrante da filosofia da instituição.

PALMIRA CARVALHO

<sup>1</sup>LARANJO, Clara (2001) – A “Habilidade” dos parceiros no “Recriar o Futuro”, in Revista Pretextos, nº 8, pp 13

## BIBLIOGRAFIA

CERQUEIRA, Ana Cristina, COELHO, Andreia, RAPOSO, Tânia (2001) – “Partenariado: Práticas e Representações Sociais”, Tese de Investigação, Lisboa, ISSS.

“Parcerias”, Revista Pretextos, nº 8 (2001), Lisboa, IDS.

“O Partenariado Social na Europa – Uma Estratégia Participativa para a Inserção (1997)”, Cadernos Reapn, Editora Utopia.

“Partenariat et Multidimensionnalité (Pauvreté 3)”, Actes du Seminaire de Huelba (1993), Lille, A&R.

RODRIGUES, F e STOER, Stephen (1998), Entre Parceria e Partenariado – Amigos Amigos Negócios à Parte, Oeiras, Celta Editora